

Observarota: monitoramento, difusão de conhecimento e inteligência territorial no Corredor Bioceânico

Observarota: monitoring, knowledge dissemination and territorial intelligence in the Bioceanic Corridor

Observarota: monitoreo, difusión del conocimiento e inteligencia territorial en el Corredor Bioceánico

Emerson Augusto Miotto Corazza¹

Hanae Caroline Quintana Shiota²

Arlinda Cantero Dorsa²

Recebido em: 16/06/2026; aceito em: 30/07/2026

DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v27i1.5484>

Resumo: O artigo analisa o Observatório Acadêmico da Rota Bioceânica (ObservaRota) como plataforma de monitoramento, difusão de conhecimento e inteligência territorial no contexto do Corredor Bioceânico. A pesquisa adota abordagem quali-quantitativa, de natureza exploratória, descritiva e explicativa, baseada em estudo de caso, revisão bibliográfica, análise documental e sistematização de dados da plataforma. O texto discute o Corredor Bioceânico como processo territorial, institucional, econômico e social, destacando o papel da UniRila na produção acadêmica sobre o tema. Os resultados indicam que o ObservaRota mapeou 19 instituições e 183 pesquisadores, além de reunir acervo acadêmico, documental e midiático sobre o Corredor. A análise dos dossiês da Revista Interações revelou concentrações temáticas em turismo, desenvolvimento local, cultura, educação, logística, meio ambiente e aspectos jurídicos, bem como lacunas em segurança, migrações, saúde transfronteiriça, comércio, cadeias globais de valor e inovação territorial. Conclui-se que a plataforma contribui para reduzir a dispersão informacional, preservar a memória institucional, orientar novas agendas de pesquisa e apoiar a governança territorial do Corredor Bioceânico.

Palavras-chave: ObservaRota; Corredor Bioceânico; inteligência territorial; observatórios acadêmicos; difusão do conhecimento.

Abstract: This article analyzes the Academic Observatory of the Bioceanic Route (ObservaRota) as a platform for monitoring, knowledge dissemination, and territorial intelligence in the context of the Bioceanic Corridor. The research adopts a mixed-methods approach, with an exploratory, descriptive, and explanatory nature, based on a case study, literature review, documentary analysis, and systematization of platform data. The paper discusses the Bioceanic Corridor as a territorial, institutional, economic, and social process, highlighting UniRila's role in academic production on the subject. The results show that ObservaRota mapped 19 institutions and 183 researchers, in addition to gathering an academic, documentary, and media collection on the Corridor. The analysis of the Revista Interações dossiers revealed thematic concentrations in tourism, local development, culture, education, logistics, environment, and legal aspects, as well as gaps in security, migration, cross-border health, trade, global value chains, and territorial innovation. The study concludes that the platform contributes to reducing information dispersion, preserving institutional memory, guiding new research agendas, and supporting the territorial governance of the Bioceanic Corridor.

Keywords: ObservaRota; Bioceanic Corridor; territorial intelligence; academic observatories; knowledge dissemination.

Resumen: El artículo analiza el Observatorio Académico de la Ruta Bioceánica (ObservaRota) como plataforma de monitoreo, difusión del conocimiento e inteligencia territorial en el contexto del Corredor Bioceánico. La investigación adopta un enfoque cuali-cuantitativo, de carácter exploratorio, descriptivo y explicativo, basado en estudio de caso, revisión bibliográfica, análisis documental y sistematización de datos de la plataforma. El texto aborda el Corredor Bioceánico como un proceso territorial, institucional, económico y social, destacando el papel de UniRila en la producción académica sobre el tema. Los resultados indican que ObservaRota mapeó 19 instituciones y 183 investigadores, además de reunir un acervo académico, documental y mediático sobre el Corredor. El análisis de los dosieres de la Revista Interações reveló concentraciones temáticas en turismo,

¹ Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

² Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

desarrollo local, cultura, educación, logística, medio ambiente y aspectos jurídicos, así como vacíos en seguridad, migraciones, salud transfronteriza, comercio, cadenas globales de valor e innovación territorial. Se concluye que la plataforma contribuye a reducir la dispersión informacional, preservar la memoria institucional, orientar nuevas agendas de investigación y apoyar la gobernanza territorial del Corredor Bioceánico.

Palabras clave: ObservaRota; Corredor Bioceánico; inteligencia territorial; observatorios académicos; difusión del conocimiento.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Corredor Rodoviário Bioceânico constitui um projeto estratégico de integração física sul-americana, voltado à conexão entre os oceanos Atlântico e Pacífico por meio de um eixo viário que articula Brasil, Paraguai, Argentina e Chile. Embora tenha como objetivo central reduzir distâncias, custos logísticos e tempo de deslocamento de mercadorias, sua relevância ultrapassa a dimensão infraestrutural, pois envolve expectativas de desenvolvimento socioeconômico, integração produtiva, ampliação de fluxos comerciais e aproximação entre territórios historicamente marcados por diferentes níveis de conectividade.

O Corredor, assim, não deve ser compreendido apenas como uma obra de ligação transcontinental. Trata-se de um processo complexo, multiescalar e multidimensional, construído a partir de esforços conjuntos de quatro Estados nacionais e de vários atores públicos, privados, acadêmicos e sociais. Sua implantação mobiliza diferentes escalas de poder e governança (local, subnacional, nacional e internacional) e tende a produzir efeitos diretos sobre as cidades, populações e instituições situadas em sua área de influência.

A literatura sobre corredores de transporte aponta que esses empreendimentos podem produzir benefícios econômicos amplos, como também impactos diferenciados sobre territórios, ambientes e grupos sociais, de forma a exigir políticas complementares e mecanismos permanentes de acompanhamento (Roberts *et al.*, 2018). No contexto do Corredor Bioceânico, estudos já indicam que sua implantação pode intensificar fluxos comerciais, investimentos e circulação de pessoas, ao mesmo tempo em que desencadeia transformações territoriais e sociais relevantes, como observado no caso de Porto Murtinho (Bitencourt; Mesa, 2023).

À medida que o Corredor avança, observa-se também a formação de rotas complementares e conexões territoriais voltadas à ampliação de seu alcance econômico e logístico. No caso brasileiro, Mato Grosso do Sul assume papel estratégico por concentrar parte relevante do traçado e por articular eixos de conexão estadual, nacional e internacional. Essa centralidade também se expressa no debate recente sobre as Rotas de Integração Sul-Americana, que incorporam a perspectiva da interiorização e da bioceanidade como forma de conectar espaços regionais brasileiros à dinâmica geoeconômica da América do Sul.

Nesse sentido, a transformação do Corredor em vetor efetivo de desenvolvimento regional depende da capacidade de produzir, organizar, monitorar e difundir informações qualificadas sobre seus impactos, potencialidades e desafios. A integração física, por si só, não assegura desenvolvimento inclusivo e sustentável. Para que os benefícios esperados se materializem, torna-se imprescindível a articulação entre governos, instituições acadêmicas, setor produtivo e sociedade civil em uma agenda comum de cooperação, inovação, sustentabilidade e participação social.

É nesse contexto que surge o Observatório Acadêmico da Rota Bioceânica (ObservaRota), como plataforma digital orientada à gestão do conhecimento acadêmico, ao monitoramento de

informações e ao engajamento interinstitucional em torno do Corredor Bioceânico. Vinculado ao Grupo de Pesquisa Observatório Interdisciplinar de Desenvolvimento Local (OIDL), do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), o ObservaRota busca consolidar-se como infraestrutura acadêmica de inteligência territorial.

A concepção do ObservaRota está organizada em três fases interdependentes: a primeira, de engajamento informativo, centrada na curadoria e difusão de informações; a segunda, de colaboração interativa, voltada à ampliação da participação entre instituições, pesquisadores e atores territoriais; e a terceira, de inteligência analítica, com previsão de incorporação de inteligência artificial, busca semântica e análise de dados para apoiar decisões e políticas públicas baseadas em evidências.

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo consiste em analisar o desenvolvimento e a evolução do ObservaRota como plataforma acadêmica de monitoramento, difusão de conhecimento e inteligência territorial no contexto do Corredor Bioceânico. Para isso, o texto contextualiza o Corredor e sua inserção nas Rotas de Integração Sul-Americana; situa a atuação da UniRila na produção acadêmica sobre o tema; discute os fundamentos dos observatórios, da memória institucional e das plataformas digitais; apresenta a trajetória e os resultados iniciais do ObservaRota; e aponta desafios relacionados à colaboração interinstitucional, à inteligência artificial, à comunicação científica e à consolidação da plataforma como instrumento de inteligência territorial.

Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem quali-quantitativa, de natureza exploratória, descritiva e explicativa, conforme Marconi e Lakatos (2017). Trata-se de estudo de caso sobre o ObservaRota, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica, análise documental e sistematização de dados da própria plataforma, em consonância com Gil (1999) e Yin (2015). Também incorpora elementos de pesquisa-ação, considerando o envolvimento dos pesquisadores na concepção, implementação e acompanhamento do Observatório, conforme a perspectiva proposta por Thiollent (2018).

Em síntese, este artigo reflete sobre o papel do ObservaRota como experiência inovadora de gestão do conhecimento, integração acadêmica e inteligência territorial. Sua trajetória representa um avanço na construção de um ecossistema capaz de conectar ciência, política pública, instituições e sociedade no contexto do Corredor Bioceânico. Na seção seguinte, aprofunda-se o contexto geopolítico e territorial do Corredor Rodoviário Bioceânico, situando o ambiente em que o Observatório se insere.

2 O CORREDOR RODOVIÁRIO BIOCEÂNICO E AS ROTAS DE INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

O Corredor Rodoviário Bioceânico foi formalizado pela assinatura da Declaração de Assunção, em 2015, por Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, instrumento pelo qual os países assumiram o compromisso de estruturar um eixo rodoviário destinado a interligar os oceanos Atlântico e Pacífico (Corredor Bioceânico, 2024a). Seu traçado conecta o território brasileiro aos portos de Iquique e Antofagasta, no Chile, passando por Mato Grosso do Sul, pelo Chaco paraguaio, pelas províncias argentinas de Salta e Jujuy e pela região chilena de Tarapacá, tendo Campo Grande como um dos principais centros articuladores do processo. Como citado por Castro (2019) e Barros e Gonçalves (2021), para além da redução de custos logísticos, a iniciativa busca

impulsionar a integração produtiva, turística, cultural e institucional entre os países envolvidos, promovendo maior competitividade regional e possibilidades de desenvolvimento sustentável.

No caso brasileiro, a retomada da busca por um novo caminho logístico em direção ao Pacífico, como apresentado por Silva (2022), ganhou impulso no contexto das paralisações dos trabalhadores portuários em 2013, ocorridas em decorrência dos debates em torno da Medida Provisória nº 595/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.815/2013, conhecida como nova Lei dos Portos. Esse episódio evidenciou a vulnerabilidade decorrente da dependência de determinados sistemas portuários e reforçou a necessidade de diversificação das alternativas logísticas para o escoamento da produção nacional. Para os demais países envolvidos, especialmente Paraguai, Argentina e Chile, a abertura da rota representa também uma oportunidade de ampliar conexões territoriais, acessar novos mercados e fortalecer sua inserção em fluxos comerciais regionais e globais.

Desde sua formalização, o Corredor passou a ser identificado por diferentes denominações, conforme os atores institucionais, políticos, empresariais e acadêmicos envolvidos em sua construção. Em Mato Grosso do Sul, a expressão Rota Bioceânica foi amplamente difundida pelo Governo do Estado, enquanto a denominação Rota de Integração Latino-Americana (RILA) ganhou projeção por meio da rede empresarial coordenada pelo Setlog-MS³, responsável por expedições técnicas realizadas em 2013, 2017 e 2023 com o objetivo de identificar e consolidar o traçado terrestre em direção aos portos do Pacífico (ObservaRota, 2025). Nos documentos e debates em língua espanhola, predominam expressões como *Corredor Vial Bioceánico*⁴, *Corredor Bioceánico Vial Norte*⁵ e *Corredor Bioceánico de Capricórnio* (Zicosur, 2020).

Em 2023, com a formulação das Rotas de Integração Sul-Americana pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), o eixo passou a ser associado à Rota 4 - Bioceânica de Capricórnio, denominação adotada no âmbito da política federal brasileira de integração regional (Brasil, 2023a). Posteriormente, durante o VI Fórum dos Territórios Subnacionais do Corredor Bioceânico de Capricórnio, realizado em Campo Grande, entre 18 e 20 de fevereiro de 2025, governadores e autoridades dos oito territórios subnacionais do Brasil, Paraguai, Argentina e Chile aprovaram a imagem corporativa e o site oficial do Fórum e do Corredor⁶, consolidando também, a nomenclatura Corredor Bioceânico de Capricórnio como identificação comum entre os quatro países (Corredor Bioceânico, 2025; Brunetto; Cavalcanti, 2025).

Esse processo de consolidação identitária também dialoga com o trabalho desenvolvido no âmbito do Plano Mestre Regional de Integração e Desenvolvimento do Corredor Bioceânico de Capricórnio⁷, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desde 2023 (Corredor Bioceânico, 2024b). Ao articular identidade visual, planejamento regional e agenda de desenvolvimento, essa etapa contribui para reforçar o Corredor como projeto transnacional, multiescalar e institucionalmente compartilhado.

³ Site: <https://setlogms.org.br/rila/>

⁴ Tradução para espanhol do Corredor Rodoviário Bioceânico.

⁵ Nomenclatura adotada no âmbito do Zicosul: *Corredor Bioceánico Vial Norte: Puerto Murtinho – Puerto del Norte de Chile*.

⁶ Link: <https://corredorbioceanico.org/pb/>

⁷ O Plano Mestre é um instrumento de planejamento regional solicitado pelos oito territórios subnacionais que compõem o corredor para apoiar o planejamento conjunto de projetos e ações de integração. O BID atua como Unidade Executora do Plano Mestre oferecendo assistência técnica e recursos financeiros para apoiar o planejamento e a gestão do corredor.

A retomada contemporânea da integração regional sul-americana recupera experiências anteriores de planejamento da infraestrutura física do continente, especialmente a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), criada em 2000, e o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), posteriormente incorporado à União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Em seu trabalho, Padula (2014) elucida que essas iniciativas contribuíram para consolidar uma visão geoeconômica baseada em eixos, corredores, carteiras de projetos e processos setoriais de integração, mas também revelaram limites de execução, financiamento e coordenação política entre os países.

Nesse percurso, a política das Rotas de Integração Sul-Americana pode ser compreendida como tentativa de atualizar e reorientar os antigos eixos de integração física, incorporando novas preocupações com desenvolvimento territorial, governança federativa, sustentabilidade, comércio regional, integração produtiva e inserção bioceânica. A decisão de avançar nessa nova configuração foi reafirmada no Consenso de Brasília, realizado em 30 de maio de 2023, quando os líderes sul-americanos destacaram a importância de reativar uma agenda comum de integração regional. Como desdobramento desse compromisso, o Governo brasileiro instituiu, no âmbito do MPO, o Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano, responsável por coordenar um processo de escuta com estados brasileiros de fronteira, órgãos federais, instituições parceiras e especialistas (Brasil, 2023b).

As Rotas de Integração Sul-Americana foram concebidas inicialmente a partir das demandas dos onze estados brasileiros de fronteira, com o objetivo de construir um desenho territorial capaz de refletir necessidades concretas de conectividade, oportunidades de desenvolvimento, prioridades locais e possibilidades de integração produtiva. A política busca fortalecer o comércio do Brasil com os países vizinhos e reduzir o tempo e o custo do transporte de mercadorias entre o território brasileiro, a América do Sul e os mercados asiáticos (Brasil, 2023b).

A configuração apresentada pelo MPO estabeleceu cinco rotas: Rota 1- Ilha das Guianas; Rota 2- Amazônica; Rota 3- Quadrante Rondon; Rota 4- Bioceânica de Capricórnio; e Rota 5- Bioceânica do Sul. Tais rotas expressam uma visão territorial integrada, na qual a infraestrutura passa a ser compreendida como instrumento de dinamização econômica, cooperação regional e fortalecimento das relações sul-americanas. Nesse arranjo, o Corredor Rodoviário Bioceânico se insere especialmente na Rota 4, reforçando a importância estratégica de Mato Grosso do Sul como ponto de articulação entre o Centro-Oeste brasileiro, os países vizinhos e os portos do Pacífico (Brasil, 2023b).

A Rota 4 conecta os portos brasileiros de Santos e Paranaguá aos portos chilenos de Iquique, Antofagasta e Mejillones, passando pelo Paraguai e pela Argentina. Ao fazê-lo, ativa áreas historicamente menos integradas aos grandes circuitos de desenvolvimento, como o Centro-Oeste brasileiro, o Chaco paraguaio, o Noroeste argentino e o Norte chileno. Além disso, articula-se com a Rota 3, ao norte, e com a Rota 5, ao sul, demonstrando que o Corredor Bioceânico deve ser compreendido como parte de uma rede mais ampla de integração territorial, logística e produtiva.

Em 2025, o projeto avançou para a etapa denominada Interiorização e Bioceanidade, que ampliou o alcance das Rotas para além dos estados fronteiriços e incorporou unidades federativas não diretamente situadas nas fronteiras. Essa perspectiva desloca o foco exclusivo das áreas de fronteira para uma leitura mais abrangente do território nacional, permitindo compreender as rotas não apenas como caminhos de saída para o Pacífico, mas como estruturas capazes de articular cadeias produtivas, cidades intermediadoras, infraestrutura física e digital, políticas

públicas, polos regionais e oportunidades de desenvolvimento científico, tecnológico e produtivo (Brasil, 2025).

A análise do Corredor Bioceânico em articulação com as Rotas de Integração Sul-Americana permite, portanto, compreender sua dimensão multiescalar. Trata-se de uma iniciativa que envolve simultaneamente interesses locais, estratégias estaduais, políticas nacionais e acordos internacionais. Sua efetivação depende não apenas da conclusão das obras de infraestrutura, mas também da capacidade de coordenar atores, harmonizar procedimentos, produzir informações qualificadas e acompanhar impactos sociais, econômicos, ambientais e institucionais nos territórios envolvidos. Nesse cenário, torna-se fundamental analisar o papel das instituições acadêmicas e científicas na produção de conhecimento, na formação de redes de cooperação e na articulação entre os países, tema da próxima seção.

3 A UNIRILA E SUAS AÇÕES NO CORREDOR BIOCEÂNICO

A natureza transnacional, multidimensional e interdisciplinar do Corredor Bioceânico exige ações coordenadas capazes de responder aos desafios anteriores, simultâneos e posteriores à consolidação da infraestrutura. Shiota *et al.* (2023) destacam que embora sejam amplas as expectativas em torno do crescimento econômico, da ampliação dos fluxos comerciais e da integração regional, é necessário considerar que as localidades situadas em sua área de influência tendem a vivenciar transformações sociais, econômicas, ambientais, culturais e institucionais significativas. Tais transformações reforçam a necessidade de produção sistemática de conhecimento, acompanhamento territorial e articulação entre diferentes atores.

Nesse contexto, uma das estratégias de articulação acadêmica foi a criação da Rede Universitária da Rota de Integração Latino-Americana, a UniRila, instituída em 2016 por meio da Carta de Campo Grande e ratificada, em 2017, pela Declaração de Brasília (Observarota, 2025b). Desde então, a Rede vem desenvolvendo ações integradas para gerar, sistematizar e difundir conhecimento sobre as demandas relacionadas à implantação, operacionalização e consolidação do Corredor Bioceânico. Atualmente, reúne 19 instituições de ensino superior dos quatro países envolvidos, localizadas nos territórios associados ao traçado do Corredor, com atuação estruturada por coordenações nacionais e representantes institucionais.

Franco *et al.* (2023), ao tratar sobre redes de atores, sustentam que a presença da academia contribui para a pesquisa, a divulgação, a coordenação de atividades e a produção de conhecimento sobre o projeto, ainda que sua efetivação dependa também de atores públicos, privados e institucionais com capacidade decisória e de investimento.

Nesse ambiente de interação acadêmica e institucional, a sistematização do conhecimento tem abrangido áreas educativas, culturais, políticas, jurídicas, turísticas, econômicas e ambientais, tendo como horizonte o desenvolvimento territorial sustentável. Essa perspectiva dialoga com Le Bourlegat (2019, p. 121), ao afirmar que ações articuladas podem:

[...] resultar num leque de efeitos multiplicadores. Eles podem se propagar mediante um conjunto de projetos locais e sub-regionais com ações estratégicas e integradas, de modo a atribuir participação, interação e aprendizagem coletiva, assim como maior autonomia a todos os participantes.

A atuação da UniRila reforça o papel das universidades como agentes de transformação territorial. Para além de centros de produção de conhecimento, as instituições de ensino superior

tornam-se espaços de convergência entre ciência, política pública e sociedade, capazes de promover integração acadêmica, cooperação internacional e desenvolvimento regional inclusivo e sustentável. Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender o papel dos observatórios acadêmicos como instrumentos de sistematização, monitoramento, difusão de informações e apoio à governança colaborativa, tema discutido na seção seguinte.

4 OBSERVATÓRIOS, MEMÓRIA INSTITUCIONAL E PLATAFORMAS DIGITAIS DE CONHECIMENTO

Os observatórios de conhecimento podem ser compreendidos como estruturas organizadas para a coleta, sistematização, análise e difusão de informações sobre temas, territórios ou áreas específicas. Ao reunirem dados, documentos, indicadores, atores e produtos informacionais, cumprem papel relevante no monitoramento de fenômenos complexos, na circulação do conhecimento e no apoio à tomada de decisão. Conforme Testa (2002), os observatórios constituem sistemas voltados à produção e organização de informações sobre campos determinados, funcionando como instrumentos de acompanhamento e análise. Na mesma direção, Trzeciak (2009) compreende os observatórios como mecanismos capazes de coletar, tratar e disseminar informações estratégicas, contribuindo para subsidiar processos decisórios e orientar ações voltadas ao desenvolvimento.

No campo da gestão territorial e institucional, os observatórios também podem ser entendidos como ferramentas de governança colaborativa. Ao articularem informações e atores, fortalecem a transparência, ampliam a visibilidade de processos em curso e favorecem a participação de diferentes segmentos sociais. Nesse sentido, não se limitam à reunião passiva de dados, mas atuam como ambientes de mediação entre conhecimento, instituições e sociedade. Essa característica torna-se especialmente relevante em contextos complexos, como o do Corredor Bioceânico, no qual diferentes países, territórios, setores produtivos, instituições acadêmicas e agentes públicos compartilham desafios comuns, mas apresentam capacidades, interesses e demandas diversas.

Essa função também se relaciona ao apoio à formulação, ao monitoramento e à avaliação de políticas públicas. Rocha (2025), ao analisar observatórios de políticas públicas no contexto do governo aberto municipal, destaca que essas estruturas atuam como centros de produção de conhecimento e serviços, reunindo e sistematizando informações, além de promoverem investigação, análise, difusão, capacitação, assessoramento, avaliação, formulação e desenvolvimento de projetos. O autor identifica duas dimensões recorrentes nesses observatórios: pautar a formulação de políticas públicas, por meio de diagnósticos, indicadores e evidências; e monitorar políticas públicas, disponibilizando dados e informações para acompanhar ações, metas e resultados. Assim, os observatórios contribuem para ampliar a transparência, fortalecer o controle social e qualificar capacidades analíticas, operacionais e políticas dos atores envolvidos.

No contexto do Corredor Bioceânico, essa perspectiva é significativa, pois a complexidade territorial, institucional e transnacional do projeto exige mecanismos capazes de transformar dados dispersos em diagnósticos, evidências e subsídios para políticas públicas. O ObservaRota, ao organizar informações acadêmicas, documentos, pesquisadores, eventos, notícias e registros históricos, pode atuar como suporte à formulação de agendas públicas, ao acompanhamento de impactos territoriais e à qualificação dos profissionais envolvidos na governança do Corredor.

Assim, sua contribuição ultrapassa a função informativa, projetando-se como infraestrutura de aprendizagem institucional, formação continuada e apoio à decisão em processos de integração regional.

Além da função analítica e informacional, os observatórios cumprem papel fundamental na preservação da memória institucional. Projetos de longa duração, sobretudo aqueles de caráter transnacional e multiescalar, produzem grande quantidade de documentos, registros, imagens, atas, relatórios, notícias, vídeos, entrevistas e evidências dispersas em diferentes instituições e suportes. Quando essas informações não são organizadas, corre-se o risco de perda de registros históricos, fragmentação da memória coletiva e dificuldade de acesso público às evidências que permitem compreender a trajetória de determinado processo.

Nesse sentido, Ferreira (2006) destaca que a preservação digital envolve um conjunto de atividades voltadas à manutenção do acesso continuado a acervos e patrimônios informacionais, permitindo que documentos digitais permaneçam disponíveis ao longo do tempo, mesmo diante da evolução tecnológica. De modo complementar, Tinoco, Assis e Silva (2023) observam que, ao longo de sua trajetória, as instituições produzem ampla quantidade de documentos, cuja preservação corresponde à salvaguarda de sua própria memória. Cavalcante, Sales e Guerra (2024), por sua vez, reforçam que, no contexto universitário, essa preservação ultrapassa o registro administrativo, envolvendo a documentação de experiências, decisões, eventos e ações que marcam o desenvolvimento institucional.

No caso de grandes empreendimentos de infraestrutura, como o Corredor Bioceânico, o registro histórico assume importância estratégica. Ele permite documentar fatos, decisões e eventos, ao mesmo tempo em que constrói bases de informação capazes de subsidiar políticas públicas, fomentar pesquisas acadêmicas e garantir maior transparência à sociedade. A dispersão de informações sobre o processo de implantação do Corredor evidencia, portanto, a necessidade de uma gestão informacional estruturada, especialmente porque parte dos registros permanece distribuída em atas, reportagens, entrevistas, documentos institucionais, arquivos pessoais de pesquisadores e materiais midiáticos.

Os repositórios digitais constituem, nesse contexto, instrumentos centrais para a organização, preservação e difusão do conhecimento. A disponibilização sistemática de conteúdos digitais por meio de plataformas estruturadas permite reunir, classificar e tornar acessíveis registros relevantes. Além do armazenamento, esses repositórios exigem práticas de curadoria, seleção, descrição, classificação, uso de metadados padronizados e mecanismos de recuperação da informação, a fim de assegurar confiabilidade, permanência e utilidade dos acervos.

A preservação da memória institucional ganha sentido ampliado quando articulada à dinâmica das redes contemporâneas. A própria lógica de funcionamento de um observatório pressupõe a conexão entre atores, instituições, dados, documentos e processos decisórios. A teoria das redes, conforme discutida por Castells (2013), evidencia a centralidade das estruturas conectivas na sociedade contemporânea, marcada pela flexibilidade, interdependência e circulação intensificada de informações. No campo do desenvolvimento territorial, redes acadêmicas e institucionais possibilitam integrar recursos, saberes e agentes, favorecendo soluções compartilhadas para desafios complexos.

As plataformas digitais configuram-se como expressões tecnológicas dessas dinâmicas em rede. Elas convertem fluxos de informação, conectividade e interação em ambientes organizados, capazes de sustentar processos participativos, colaborativos e analíticos. Nessa

perspectiva, a evolução das plataformas digitais de conhecimento pode ser compreendida em três fases interdependentes: engajamento informativo, caracterizado pela organização e difusão qualificada de informações; colaboração interativa, voltada à participação, à cocriação e ao compartilhamento de práticas; e inteligência analítica, marcada pela incorporação de análise de dados, busca semântica e inteligência artificial para apoiar processos decisórios e fortalecer a governança baseada em evidências.

Essa trajetória é particularmente pertinente ao contexto do Corredor Bioceânico. Por se tratar de um processo transnacional, multidimensional e em constante transformação, sua compreensão demanda instrumentos capazes de reunir informações dispersas, preservar registros históricos, conectar pesquisadores, dar visibilidade à produção acadêmica e apoiar respostas institucionais. Inserido nesse marco conceitual, o ObservaRota assume a função de plataforma digital voltada à sistematização de informações, à preservação da memória institucional, à difusão da produção acadêmica e ao fomento da cooperação interinstitucional. Sua relevância não está apenas no acervo que reúne, mas na capacidade de articular redes de conhecimento, apoiar decisões orientadas por evidências e sustentar processos de desenvolvimento territorial mais integrados.

5 O OBSERVATÓRIO ACADÊMICO DA ROTA BIOCEÂNICA – OBSERVAROTA

O Observatório Acadêmico da Rota Bioceânica (ObservaRota) resulta de um processo contínuo de amadurecimento das ações acadêmicas desenvolvidas, desde 2016, por pesquisadores vinculados à UniRila. Esse percurso, citado por Shiota *et al.* (2023), envolveu a organização de eventos, a publicação de artigos, livros e dossiês temáticos, a realização de pesquisas, a produção de teses e dissertações e a consolidação de uma agenda interdisciplinar voltada à compreensão dos impactos e potencialidades do Corredor Bioceânico.

A experiência acumulada pela UniRila e pela UCDB, por meio do PPGDL, evidenciou a necessidade de criar uma estrutura capaz de organizar, preservar e difundir informações sobre o Corredor. À medida que a produção acadêmica sobre o tema se ampliava, tornava-se mais clara a importância de reunir dados, documentos, publicações, eventos, pesquisadores, instituições e registros históricos em uma plataforma digital de acesso público, com critérios de curadoria, sistematização e atualização contínua.

Nesse contexto, o ObservaRota foi concebido como espaço de produção, organização e difusão de conhecimento, orientado à articulação entre universidades, governos, setor produtivo e sociedade civil. Sua criação, em 2023, e seu lançamento oficial, em fevereiro de 2025, durante o VI Fórum dos Territórios Subnacionais do Corredor Bioceânico de Capricórnio, representam marcos importantes na consolidação de uma iniciativa que busca ultrapassar a função informativa e atuar como instrumento de governança acadêmica, cooperação interinstitucional e integração regional.

A trajetória de criação do ObservaRota está diretamente vinculada à consolidação da UniRila. Desde sua origem, a Rede identificou a necessidade de sistematizar informações e produzir conhecimento interdisciplinar sobre os impactos, desafios e oportunidades associados ao Corredor Bioceânico. Entre 2016 e 2022, as discussões realizadas no âmbito dos grupos de trabalho, eventos e ações acadêmicas vinculadas ao Corredor reforçaram a demanda por bases de dados estruturadas, mecanismos de monitoramento contínuo e instrumentos de difusão da produção científica.

Esse processo levou, em 2022, à formulação inicial do Observatório Interdisciplinar de Pesquisa e Inovação para a Rota Bioceânica- OBSUNIRILA. Sua proposta era organizar e difundir informações para apoiar a atuação acadêmica e institucional durante o processo de implantação do Corredor. Com o avanço das pesquisas, tornou-se necessário delimitar e qualificar o foco do observatório, dando centralidade à produção acadêmica, às capacidades científicas instaladas nos territórios e aos pesquisadores envolvidos com o tema.

Essa maturação conceitual resultou na reformulação do projeto e na adoção da identidade: Observatório Acadêmico da Rota Bioceânica, o ObservaRota. A nova configuração ampliou o escopo da iniciativa, permitindo monitorar, organizar e articular diferentes redes, centros de pesquisa, instituições e produções científicas relacionadas ao Corredor Bioceânico. A plataforma pode ser acessada no endereço www.observerota.com.br.

Atualmente, o ObservaRota encontra-se estruturado como uma plataforma de engajamento informativo. Seu funcionamento envolve a organização de um repositório digital, o cadastro de pesquisadores, a sistematização de eventos, notícias e produções acadêmicas, além da divulgação de ações vinculadas ao Corredor Bioceânico e à UniRila. Essa configuração inicial busca fortalecer a base informacional, ampliar o acesso público ao conhecimento produzido, dar visibilidade às instituições envolvidas e consolidar a presença digital do Observatório.

Essa etapa corresponde à Fase 1- Engajamento informativo, voltada à organização, curadoria e disponibilização de informações qualificadas. A Fase 2- Colaboração interativa prevê a ampliação da plataforma para incorporar funcionalidades participativas, ambientes de interação, consultas estruturadas, espaços de cocriação e mecanismos de submissão e atualização de informações por representantes institucionais. Já a Fase 3 - Inteligência analítica prevê a incorporação de tecnologias emergentes, especialmente inteligência artificial, busca semântica, curadoria automatizada e análise de dados, com o objetivo de identificar padrões, lacunas, tendências e conexões entre temas, pesquisadores, instituições, projetos e demandas sociais.

Com essa trajetória evolutiva, o ObservaRota posiciona-se como projeto em consolidação, orientado a tornar-se uma infraestrutura acadêmica de governança colaborativa, inteligência territorial e inovação aberta. Ao conectar universidades, gestores públicos, pesquisadores e setores estratégicos em uma plataforma digital voltada à participação, à produção de conhecimento e ao uso inteligente da informação, o Observatório contribui para transformar a integração física proporcionada pelo Corredor em integração institucional, científica e territorial. Na seção seguinte, analisam-se os resultados e impactos iniciais alcançados em sua primeira fase de implementação.

6 RESULTADOS E IMPACTOS INICIAIS DO OBSERVEROTA PARA O CORREDOR BIOCEÂNICO

No curso de sua implementação, o ObservaRota tem apresentado resultados relevantes em sua primeira etapa, voltada ao engajamento informativo e à consolidação de sua identidade institucional. Essa fase inicial confirma sua importância como mecanismo de organização, preservação e difusão do conhecimento científico sobre o Corredor Bioceânico, aproximando-se da função atribuída aos observatórios por Trzeciak (2009) e Melo e Santos (2024), ao compreendê-los como instrumentos de coleta, tratamento e disseminação de informações estratégicas para subsidiar decisões e orientar ações de desenvolvimento.

Um dos principais resultados alcançados refere-se ao mapeamento institucional. Por meio do levantamento das instituições integrantes da UniRila e da identificação de suas áreas prioritárias de pesquisa, o ObservaRota passou a estruturar uma base de caracterização do ecossistema acadêmico relacionado ao Corredor. Até o momento, das 19 instituições cadastradas na plataforma, foram identificados 183 pesquisadores que atuam com temáticas vinculadas ao Corredor Bioceânico, o que permite visualizar capacidades científicas instaladas, áreas de especialização, lacunas de conhecimento e possibilidades de cooperação entre universidades dos quatro países envolvidos.

Outro avanço significativo corresponde à estruturação do repositório digital, responsável por organizar e preservar a produção acadêmica, documental e midiática sobre o Corredor Bioceânico. O acervo sistematizado até dezembro de 2025 contabiliza 130 artigos, 12 livros, 6 revistas, 80 vídeos, 280 reportagens, 35 eventos, 8 teses, das quais 4 já defendidas, e 25 dissertações, das quais 15 defendidas. Esse conjunto de materiais evidencia a relevância de uma plataforma capaz de garantir acesso público, curadoria, preservação da memória institucional e circulação qualificada de informações.

A organização desse acervo contribui para reduzir a fragmentação informacional que caracteriza muitos processos de implantação de grandes projetos de infraestrutura e integração territorial. No caso do Corredor Bioceânico, as informações encontram-se distribuídas em publicações acadêmicas, documentos institucionais, reportagens, eventos, registros audiovisuais, atas e materiais produzidos por diferentes atores. Ao reunir, classificar e disponibilizar esses conteúdos, o ObservaRota fortalece a transparência, amplia a possibilidade de consulta pública e oferece subsídios para pesquisas, diagnósticos, projetos e políticas públicas baseadas em evidências.

Um exemplo desse potencial analítico pode ser observado na sistematização dos 75 artigos publicados nas quatro edições dos dossiês do periódico Interações da UCDB dedicadas ao Corredor Bioceânico, nos anos de 2019, 2021, 2023-1 e 2023-2. A partir dessa base, foi possível identificar a distribuição das publicações segundo os eixos de pesquisa da UniRila, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição artigos dos dossiês da Interações por eixo de pesquisa da UniRila

Eixo de pesquisa da UniRila	Número de artigos	Percentual
Turismo	19	25,3%
Desenvolvimento Local	10	13,3%
Integração linguística, cultural e bem-estar	8	10,7%
Educação Superior	7	9,3%
Logística e Transporte	6	8,0%
Recursos naturais e ambientais	6	8,0%
Aspectos Legais	6	8,0%
Gestão da Inovação	4	5,3%
Saúde	4	5,3%
Comércio e Cadeias Globais de Valor	3	4,0%
Migrações	2	2,7%
Segurança	0	0,0%
Total	75	100,0%

Fonte: produzido pelos autores.

Os dados indicam que a produção analisada se estruturou inicialmente em torno de temas como turismo, desenvolvimento local, cultura, educação, logística, meio ambiente e aspectos jurídicos, refletindo preocupações mais imediatas de uma agenda ainda prospectiva. O eixo Turismo concentra a maior parte da produção, com 25,3% dos artigos, seguido por Desenvolvimento Local, com 13,3%, Integração linguística, cultural e bem-estar, com 10,7%, e Educação Superior, com 9,3%. Em conjunto, esses quatro eixos representam 58,6% da produção analisada, evidenciando a força inicial das abordagens territoriais, socioculturais, educacionais e turísticas nos estudos sobre o Corredor.

Ao mesmo tempo, os percentuais revelam lacunas importantes. Os eixos Segurança, Migrações, Comércio e Cadeias Globais de Valor, Saúde e Gestão da Inovação apresentam baixa incidência como área principal dos artigos analisados, embora alguns desses temas apareçam de forma indireta em diferentes estudos. Essa baixa presença quantitativa indica campos ainda pouco consolidados na produção acadêmica dos dossiês, mas que tendem a ganhar centralidade à medida que o Corredor deixa de ser apenas um projeto em implantação e passa a produzir efeitos concretos sobre os territórios, os fluxos de pessoas, mercadorias, trabalhadores, turistas e serviços.

Assim, os dossiês não devem ser lidos apenas como retrato da produção acadêmica existente, mas como base orientadora para os próximos ciclos de investigação. Eles indicam a necessidade de ampliar pesquisas sobre segurança multidimensional, saúde transfronteiriça, migração laboral, trabalho decente, cadeias produtivas, comércio internacional, inovação territorial e monitoramento longitudinal dos impactos do Corredor. Nesse sentido, a produção já realizada oferece fundamentos importantes para a atuação da UniRila, do ObservaRota, dos governos e das instituições envolvidas, ao mesmo tempo em que evidencia uma agenda científica ainda em construção.

Outro marco relevante foi a disponibilização, em outubro de 2025, do módulo administrativo, correspondente à área restrita da plataforma. Esse módulo possibilita a gestão integrada de eventos, instituições acadêmicas, notícias, pesquisadores, repositório e usuários. Trata-se de um passo importante para fortalecer a governança interna do ObservaRota, ampliar sua capacidade operacional e preparar a plataforma para as etapas seguintes de colaboração interativa.

Para além dos resultados quantitativos, os impactos iniciais do ObservaRota tornam-se evidentes em sua capacidade de estruturar redes de conhecimento e apoiar ações integradas entre universidades, pesquisadores, gestores públicos e instituições dos diferentes países. O mapeamento institucional e o repositório digital funcionam como infraestrutura acadêmica estratégica para identificar competências científicas, conectar grupos de pesquisa, subsidiar projetos interinstitucionais e apoiar decisões relacionadas à logística, ao desenvolvimento territorial, à sustentabilidade, à integração produtiva e à governança regional. Essa função dialoga com Franco *et al.* (2023), ao destacarem a importância de identificar instituições, organizações e relações para fortalecer propostas de governança e cooperação.

Nesse sentido, o ObservaRota contribui para transformar iniciativas antes dispersas em processos mais coordenados, contínuos e orientados por informação qualificada. Ao reunir evidências e articular atores, o Observatório amplia a capacidade das instituições acadêmicas de dialogar com demandas públicas, produtivas e sociais. Essa função, como indicado por Roberts *et al.* (2018), é especialmente relevante em um contexto no qual corredores de transporte podem gerar benefícios econômicos, mas também custos e impactos diferenciados sobre territórios,

populações e grupos sociais, exigindo acompanhamento permanente, políticas complementares e produção de conhecimento aplicada à tomada de decisão.

Dessa forma, os impactos iniciais do ObservaRota revelam um processo em evolução. A plataforma já demonstra capacidade de organizar informações, preservar registros, ampliar a visibilidade da produção acadêmica e fortalecer redes institucionais. Seus próximos desafios envolvem ampliar a participação dos atores, qualificar os mecanismos de interação, consolidar rotinas de atualização descentralizada e incorporar ferramentas inteligentes de análise e recuperação da informação. Essa transição será discutida na seção seguinte, dedicada aos desafios e perspectivas da plataforma.

7 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO OBSERVAROTA: COLABORAÇÃO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A estruturação do ObservaRota como plataforma acadêmica de monitoramento, difusão de conhecimento e inteligência territorial exige o enfrentamento de desafios que ultrapassam a simples organização de informações. Após a estruturação inicial do repositório, do mapeamento institucional e dos mecanismos de difusão, o avanço da plataforma depende de sua capacidade de ampliar a colaboração entre atores, qualificar os processos de curadoria, incorporar tecnologias inteligentes e fortalecer estratégias de comunicação científica capazes de alcançar públicos diversos, acompanhando as ideias de Aggarwal (2020) e Franco *et al.* (2023).

O primeiro desafio refere-se à ampliação da colaboração interinstitucional. A passagem do ObservaRota para sua segunda fase, voltada à colaboração interativa, pressupõe o envolvimento de instituições acadêmicas, gestores públicos, setor produtivo, sociedade civil e demais atores territoriais. Essa perspectiva dialoga com os modelos das hélices de inovação, tratados por Carayannis e Campbell (2009, 2010) e Carayannis, Barth e Campbell (2012), especialmente com a quádrupla hélice, que articula universidade, governo, empresas e sociedade, e com a quádrupla hélice, que incorpora explicitamente a dimensão ambiental aos sistemas de conhecimento e inovação.

No contexto do Corredor Bioceânico, essa leitura ampliada é particularmente pertinente. A efetivação do projeto envolve não apenas infraestrutura, logística e comércio, mas também transformações sociais, ambientais, institucionais, culturais e territoriais em áreas sensíveis, como o Pantanal, o Chaco, regiões fronteiriças, cidades intermediárias e territórios submetidos a novas dinâmicas produtivas e de circulação. Assim, mais do que adotar rigidamente um modelo específico de hélice, o ObservaRota pode ser compreendido a partir de uma perspectiva ampliada de inovação territorial, na qual produção científica, ação pública, cadeias produtivas, participação social, sustentabilidade ambiental e cooperação transnacional atuam de forma interdependente.

Essa perspectiva reforça o papel das universidades como agentes estratégicos na produção de conhecimento, na formação de recursos humanos, na análise crítica dos impactos territoriais e na proposição de soluções aplicadas. Por meio da identificação de instituições de ensino superior, grupos de pesquisa, pesquisadores e produções acadêmicas relacionadas ao Corredor, o ObservaRota contribui para tornar visíveis capacidades científicas já existentes e aproximá-las das demandas concretas dos territórios. A colaboração interinstitucional, contudo, exige governança, atualização contínua e corresponsabilidade, de modo que representantes institucionais, pontos focais e demais atores possam contribuir para a alimentação, validação e qualificação das informações.

O segundo desafio refere-se à incorporação de inteligência analítica. A evolução do ObservaRota para sua terceira fase prevê o uso de Inteligência Artificial (IA), busca semântica, curadoria automatizada e análise de dados. Em uma plataforma que reúne diferentes tipos de dados e informações, tais recursos podem ampliar a capacidade de organização, recuperação, interpretação e cruzamento de conteúdo. A busca semântica, em especial, permite interpretar o significado contextual dos termos utilizados pelos usuários, favorecendo a recuperação de conteúdos mesmo quando não há correspondência literal entre a busca realizada e os documentos cadastrados, conforme discutem Ribeiro e Nobre (2024).

Essa funcionalidade é especialmente relevante para uma plataforma multidisciplinar e trilingue, que reúne conteúdos em português, espanhol e inglês e envolve áreas como logística, desenvolvimento local, turismo, saúde, meio ambiente, segurança, aspectos jurídicos, comércio internacional, cultura, educação e inovação. No caso do ObservaRota, a IA poderá apoiar a classificação temática, a identificação de lacunas de pesquisa, a recomendação de conteúdos e a conexão entre demandas sociais e pesquisadores com expertise específica. Entretanto, sua adoção deve observar princípios de transparência, responsabilidade, proteção de dados, confiabilidade das fontes e supervisão humana, em consonância com as orientações presentes na Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, na Recomendação sobre Ética da Inteligência Artificial da Unesco e nas discussões sobre o uso responsável dessas tecnologias em ambientes informacionais e científicos (Divino, 2022; Unesco, 2022; Massicano, 2023).

O terceiro desafio diz respeito à comunicação e à divulgação científica, bem como à segurança jurídica em ambientes digitais. A difusão do conhecimento sobre o Corredor Bioceânico não pode ficar restrita ao público acadêmico especializado, pois seus impactos e oportunidades envolvem gestores públicos, empresários, trabalhadores, comunidades locais, estudantes, organizações sociais e cidadãos dos quatro países. Por isso, o ObservaRota precisa articular rigor científico, linguagem acessível, recursos visuais, estratégias de divulgação e formatos adequados a diferentes públicos, combinando comunicação científica e divulgação científica como dimensões complementares de sua atuação.

Bueno (2010, p. 5) distingue esses dois conceitos ao afirmar que:

A comunicação científica visa, basicamente, à disseminação de informações especializadas entre os pares, com o intuito de tornar conhecidos, na comunidade científica, os avanços obtidos (resultados de pesquisas, relatos de experiências etc.) em áreas específicas ou à elaboração de novas teorias ou refinamento das existentes. A divulgação científica cumpre função primordial: democratizar o acesso ao conhecimento científico e estabelecer condições para a chamada alfabetização científica. Contribui, portanto, para incluir os cidadãos no debate sobre temas especializados e que podem impactar sua vida e seu trabalho [...].

Essa distinção é relevante para o ObservaRota, pois o Observatório atua simultaneamente na organização da produção acadêmica e na aproximação desse conhecimento com públicos não especializados. Assim, a comunicação científica fortalece o diálogo entre pesquisadores, instituições e redes acadêmicas, enquanto a divulgação científica amplia o alcance social das informações, contribuindo para que o conhecimento produzido sobre o Corredor Bioceânico possa subsidiar debates públicos, decisões institucionais e processos de participação social.

Nesse contexto, as redes sociais e os ambientes digitais podem ampliar a visibilidade de publicações, eventos, pesquisadores, projetos e resultados de pesquisa, mas exigem planejamento, curadoria e responsabilidade. A comunicação digital do ObservaRota deve ser orientada por

critérios editoriais claros, indicação de fontes, respeito à diversidade linguística e cultural dos países envolvidos e cuidado com a circulação de informações imprecisas ou descontextualizadas.

Além disso, por lidar com dados de pesquisadores, instituições, eventos, imagens e documentos, a plataforma deve observar os marcos legais relacionados à privacidade, aos dados pessoais e ao uso institucional de informações, especialmente o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

Dessa forma, as perspectivas de evolução do ObservaRota apontam para sua transformação gradual em uma plataforma de inteligência territorial aplicada ao Corredor Bioceânico. No curto prazo, o desafio é consolidar a base informacional já estruturada; no médio prazo, fortalecer mecanismos colaborativos e rotinas de atualização descentralizada; e, no longo prazo, incorporar ferramentas inteligentes de análise, curadoria e recuperação da informação. Ao avançar nessa direção, o Observatório poderá contribuir ainda mais para que o Corredor Bioceânico seja compreendido não apenas como eixo logístico, mas como espaço de integração científica, institucional, produtiva, social, ambiental e territorial.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo permitiu compreender o ObservaRota como uma experiência acadêmica, tecnológica e institucional voltada ao monitoramento, à sistematização, à difusão de conhecimento e à inteligência territorial no contexto do Corredor Bioceânico. Em um cenário marcado pela integração física entre Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, o Observatório emerge como resposta à necessidade de organizar informações dispersas, preservar registros históricos, mapear capacidades científicas e fortalecer a articulação entre universidades, gestores públicos, setor produtivo e sociedade civil.

Ao longo do trabalho, evidenciou-se que o Corredor Bioceânico não pode ser compreendido apenas como infraestrutura viária destinada à redução de distâncias e custos logísticos. Trata-se de um processo territorial, econômico, político, social, ambiental e institucional de grande alcance, cujos efeitos se projetam sobre diferentes escalas, atores e territórios. Por essa razão, sua consolidação demanda instrumentos capazes de acompanhar impactos, identificar oportunidades, registrar trajetórias, subsidiar decisões e promover cooperação entre os diversos agentes envolvidos.

Os resultados iniciais da Fase 1 — Engajamento informativo — indicam avanços concretos, como o mapeamento de instituições e pesquisadores, a estruturação de um repositório digital com produções acadêmicas e midiáticas e a disponibilização do módulo administrativo da plataforma. Esses resultados demonstram a consolidação de uma infraestrutura acadêmica de informação, capaz de reduzir a dispersão de dados, ampliar a transparência, preservar a memória institucional e dar visibilidade à produção científica relacionada ao Corredor Bioceânico.

A análise dos dossiês da Revista Interações também demonstrou que o ObservaRota pode atuar como instrumento de leitura crítica da própria produção acadêmica sobre o Corredor. Os dados sistematizados revelam uma base expressiva de estudos voltados ao turismo, ao desenvolvimento local, à cultura, à educação, ao meio ambiente, à logística e aos aspectos jurídicos, ao mesmo tempo em que evidenciam lacunas em campos como segurança, migrações, saúde transfronteiriça, comércio e cadeias globais de valor, inovação territorial e estudos longitudinais sobre os impactos decorrentes da efetiva operação do Corredor.

Desse modo, os impactos do ObservaRota não devem ser avaliados apenas pela quantidade de materiais reunidos, mas também por sua capacidade de produzir leituras integradas, identificar assimetrias temáticas, orientar novas agendas de pesquisa e subsidiar projetos interinstitucionais. Ao transformar dados dispersos em conhecimento organizado, o Observatório amplia a capacidade coletiva de compreender os desafios e oportunidades associados ao Corredor e fortalece a governança colaborativa entre instituições acadêmicas, governos e demais atores territoriais.

Sua consolidação, entretanto, ainda depende do avanço das próximas fases. A Fase 2, em andamento, exigirá mecanismos participativos, atualização descentralizada das informações, envolvimento de pontos focais institucionais e criação de espaços de interação entre pesquisadores, gestores públicos, setor produtivo e sociedade civil. Já a Fase 3 demandará a incorporação responsável de inteligência artificial, busca semântica, curadoria automatizada e análise de dados, observando princípios éticos, proteção de dados, transparência e validação humana.

Em síntese, a relevância do ObservaRota está menos no fato de reunir informações e mais no que essas informações tornam possível: uma rede acadêmica ativa, colaborativa e informada, capaz de acompanhar a evolução do Corredor Bioceânico, interpretar seus impactos, preservar sua memória, identificar lacunas de pesquisa e apoiar a construção de soluções para os territórios envolvidos. Ao fazer isso, o Observatório contribui para que a integração sul-americana avance de forma mais inclusiva, sustentável, participativa e baseada em conhecimento.

REFERÊNCIAS

AGGARWAL, Aradhna. *The concept, evolution, impacts and critical success factors of regional economic corridors*. Copenhagen: Copenhagen Business School, 2020. Disponível em: https://mpa.ub.uni-muenchen.de/110706/1/MPRA_paper_110706.pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.

BARROS, Pedro Silva; GONÇALVES, Julia de Souza Borba. O protagonismo do Mato Grosso do Sul para a resiliência do Corredor Rodoviário Bioceânico. *Monções*, Dourados, v. 10, n. 19, 2021. DOI: <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v10i19.13411>

BITENCOURT, Jackson Batista; MESA, Gloria Maria Vargas López de. Os efeitos da construção do Corredor Rodoviário Bioceânico no ordenamento territorial de Porto Murtinho, Brasil. *GEOSUL*, Florianópolis, v. 38, n. 87, p. 44-68, maio/ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2023.e91855>

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. *Rotas de Integração Sul-Americana: Relatório 2025-Interiorização e Bioceanidade*. Brasília, DF: Secretaria de Articulação Institucional; MPO, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/articulacao-institucional/rotas-de-integracao/relatorio-2025-rotas-de-integracao-baixa.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2025.

BRASIL. Ministério de Planejamento e Orçamento. Rotas de Integração Sul-Americana. *Gov*, Brasília, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/articulacao-institucional/rotas-de-integracao/rotas-de-integracao-sul-americana>. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. *Rotas de Integração Sul-Americana – Relatório 2023*. Brasília, DF: Secretaria de Articulação Institucional; MPO, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/articulacao-institucional/publicacoes/relatorio-2023-rotas-de-integracao-sul-americana>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRUNETTO, Maristela; CAVALCANTI, Izabela. Seminário muda nome da "rota" para Corredor Bioceânico de Capricórnio. *Campo Grande News - Economia*, Campo Grande, 20 fev. 2025. Disponível em: <https://>

www.campograndenews.com.br/economia/seminario-muda-nome-da-rota-para-corredor-bioceanico-de-capricornio. Acesso em: 22 jul. 2025.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Informação & Informação*, Londrina, v. 15, n. 1 especial, p. 1–12, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n1espp1>

CARAYANNIS, Elias G.; BARTH, Thorsten D.; CAMPBELL, David F. J. The Quintuple Helix innovation model: global warming as a challenge and driver for innovation. *Journal of Innovation and Entrepreneurship*, [S. l.], v. 1, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1186/2192-5372-1-2>

CARAYANNIS, Elias G.; CAMPBELL, David F. J. Triple Helix, Quadruple Helix and Quintuple Helix and how do knowledge, innovation and the environment relate to each other? A proposed framework for a trans-disciplinary analysis of sustainable development and social ecology. *International Journal of Social Ecology and Sustainable Development*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 41-69, 2010. DOI: 10.4018/jsesd.2010010105

CARAYANNIS, Elias G.; CAMPBELL, David F. J. Mode 3 and Quadruple Helix: toward a 21st century fractal innovation ecosystem. *International Journal of Technology Management*, [S. l.], v. 46, n. 3/4, p. 201-234, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1504/IJTM.2009.023374>

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 28. ed. reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CASTRO, João Carlos Parkinson de. Turismo como instrumento dinamizador do Corredor Rodoviário Bioceânico. *Interações*, Campo Grande, v. 20, n. especial, p. 19–29, 2019. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/2419>. Acesso em: 28 ago. 2025.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia; SALES, Odete Máya Mesquita; GUERRA, Maria Aurea Montengro Albuquerque. Interseções entre memória institucional, representação da informação e gestão do conhecimento. *Em questão*, Porto Alegre, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.137828>

CORREDOR BIOCEÂNICO. Declaração do Fórum do Campo Grande 2025. *Corredor Bioceânico*, Campo Grande, 20 fev. 2025. Disponível em: https://corredorbioceanico.org/cms/wp-content/uploads/2025/02/VI-Forum-Campo-Grande-2025-Declaracao_POR.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

CORREDOR BIOCEÂNICO. Declaración de Asunción sobre Corredores Bioceánicos. *Corredor Bioceânico*, Campo Grande, 2024a. Disponível em: <https://corredorbioceanico.org/cms/wp-content/uploads/2024/11/Declaracion-de-Asuncion-Diciembre-2015.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2025.

CORREDOR BIOCEÂNICO. Plano Mestre. *Corredor Bioceânico*, Campo Grande, 2024b. Disponível em: <https://corredorbioceanico.org/pb/plan-maestro/>. Acesso em: 2 ago. 2025.

DIVINO, Sthéfano Bruno Santos. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Estratégia brasileira de inteligência artificial (EBIA) e políticas públicas: propostas para efetivação dos eixos legislação, regulação e uso ético e governança de IA. *E-legis*, Brasília, n. 39, p. 45-78, set./dez. 2022.

FERREIRA, Miguel. *Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos*. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. p. 20. Disponível em: <https://repositorium.uminho.pt/server/api/core/bitstreams/c0b822af-8832-44e5-9882-f8c39a6089a4/content>. Acesso em: 10 jun. 2025.

FRANCO, Ledys; GONÇALVES, Julia de Souza Borba; ATIENZA, Miguel; BARROS, Pedro Silva. Redes de atores e o seu papel no desenvolvimento de corredores: diagnóstico e proposta de governança para o Corredor Rodoviário Bioceânico Mato Grosso do Sul–portos do norte do Chile. Rio de Janeiro: IPEA, 2023. [Texto para Discussão n. 2901]. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2901-port>

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Eixos de integração e desenvolvimento, Rota de Integração Latino-Americana e turismo: território de Mato Grosso do Sul e franjas fronteiriças. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 20, n. especial, 107-123, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MASSICANO, Thiago. 2023. A proteção da privacidade e imagem nas redes sociais e no WhatsApp. *Revista Jurídica OAB Tatuapé*, São Paulo, v. 3, n. 1. Disponível em: <https://revista.oabtatuape.org.br/index.php/revista/article/view/80/48>. Acesso em: 4 jun. 2025.

MELO, Rinaldo Ribeiro de; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Ambiente informacional de observatórios universitários de ciência, tecnologia e inovação: proposta de modelo. *InCID*, Ribeirão Preto, v. 15, n. 1, e-208656, 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.incid.2024.208656>

OBSERVAROTA. Sobre corredor e rotas. *OBSERVAROTA*, Campo Grande, 2025a. Disponível em: <https://observarota.com.br/rotabioceanica.php>. Acesso em: 14 nov. 2025.

OBSERVAROTA. Repositório. *OBSERVAROTA*, [S. l.], 2025b. Disponível em: <https://observarota.com.br/repositorio.php>. Acesso em: 14 nov. 2025.

PADULA, Raphael. Da IIRSA ao Cosiplan da Unasul: a integração de infraestrutura na América do Sul nos anos 2000 e suas perspectivas de mudança. In: DESIDERÁ NETO, Walter Antonio (Org.). *O Brasil e novas dimensões da integração regional*. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/55a12582-f2c9-4e84-8d68-4b84267b217a>. Acesso em: 12 ago. 2025.

RIBEIRO, Waldelino Duarte; NOBRE, Anna Cláudia dos Santos. 2024. Inteligência Artificial e Gestão de Projetos: aplicação para busca semântica usando ChatGPT e Langchain para combater as barreiras tecnológicas ao uso das lições aprendidas em projetos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO, PROJETOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE (SINGEP), 12.; Conferência Internacional do CIK (CYRUS Institute of Knowledge), 12., Casablanca. *Proceedings* [...]. 2024. Casablanca: ESCA Ecole de Management, 2024. Disponível em: <https://submissao.singep.org.br/12singep/proceedings/arquivos/114.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2025.

ROBERTS, Mark; BOUGNA, Theophile; XU, Yan Sarah; MELECKY, Martin. *Transport corridors and their wider economic benefits: a critical review of the literature*. Washington: World Bank, 2018. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/667501516199287820/pdf/WPS8302.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2025.

ROCHA, Heber Silveira. Governo Aberto em âmbito municipal: O caso dos observatórios de políticas públicas. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 30, p. e90973, 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v30.90973>

SHIOTA, Hanae Caroline Quintana; DORSA, Arlinda Cantero; CORAZZA, Emerson Augusto Miotto; VILHANUEVA, Marcos Pinheiro. Observatório interdisciplinar UniRILA: pesquisa e inovação na perspectiva de implantação da Rota de Integração Latino-Americana. *Interações*, Campo Grande, v. 24, n. 4, p. e2444241, 2023. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/4241>. Acesso em: 14 ago. 2025.

SILVA, Eronildo Barbosa da. Construção histórica do Corredor Bioceânico. In: WILKE, Erick Pusch. *Apontamentos sobre o Corredor Bioceânico Brasil-Norte do Chile: economia, logística, direito, História e Turismo*. Campo Grande, MS: Life Editora, 2022. p. 237-312.

TESTA, Pablo. Indicadores científicos y tecnológicos en Venezuela. *Cadernos del Cendes*, Caracas, v. 51, n. 51, p. 43-64, set., 2002. Disponível em: https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082002000300004. Acesso em: 23 jul. 2025.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. Perdizes: Cortez, 2018.

TINOCO, Érika Cruz da Silva; ASSIS, Tainá Batista de; SILVA, Rayanne Thaynara Souza e. Preservação da Memória Institucional: o caso do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). *Revista Fontes Documentais*, Salvador. v. 7, edição especial, e72242, 2024. [XII Seminário Hispano-Brasileiro]. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RFD/article/download/65114/36374/257120>. Acesso em: 10 jun. 2025.

TRZECIAK, Dorzeli Salete. *Modelo de observatório para arranjos produtivos locais*. 2009. 236f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2009.

UNESCO. *Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial*. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381137_por. Acesso em: 20 jul. 2025.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZICOSUR. Corredores Bioceânicos: uniendo océanos. *Zicosur*, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://zicosul.pr.gov.br/wp-content/uploads/documentos/ZICOSUR/Dossier-Corredores-Bioceanicos-2019-2020-1.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

Sobre os autores:

Emerson Augusto Miotto Corazza [Autor para contato]: Doutorando em Desenvolvimento Local pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e Mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na área de Engenharia de Software. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS). Desempenhou funções na Diretoria Executiva da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação e na Chefia de Gabinete da Reitoria do IFMS. No Ministério da Educação, atuou como gerente de projetos na Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Possui experiência nas áreas de Gestão Pública, Educação, Tecnologia da Informação, Inovação e elaboração de projetos para captação de recursos.
E-mail: eamccor@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0002-3007-7458>

Hanae Caroline Quintana Shiota: Doutora e Mestra em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Especialista em Direito Imobiliário pela Faculdade CERS e em Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus. Graduada em Direito pela UCDB. Integrante do grupo de pesquisa Observatório Interdisciplinar de Desenvolvimento Local (OIDL). Pesquisadora e orientadora de iniciação científica nos projetos de pesquisa Corredor Bioceânico e os ODS: aspectos legais, segurança, educação, recursos naturais e ambientais; Corredor Bioceânico e os ODS: governança, desenvolvimento territorial, interculturalidade e economia; e ObservaRota: pesquisa, monitoramento e difusão do conhecimento sobre a Rota Bioceânica. **E-mail:** hanae_shiota@hotmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-6841-7334>

Arlinda Cantero Dorsa: Pós-Doutora em Desenvolvimento Local pela Universidade Salgado de Oliveira (UNISUAM), no Rio de Janeiro. Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestra em Comunicação e Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie-SP). Docente do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local e do curso de Graduação em Direito da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

Editora da Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da UCDB. **E-mail:** rf5454@ucdb.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-1120-0273>

Editores Avaliadores do artigo: Allan Rios Bezerra e Fábio Nogueira da Silva
Editores-chefes Responsáveis pelo artigo: Arlinda Cantero Dorsa e George Henrique de Moura Cunha

Disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.